

Descolonizando o ensino de Antropologia: a experiência institucional da UFOPA

Florêncio Vaz
(UFOPA)

Boa noite, gente. Uma saudação especial a todos e todas. Eu estou falando aqui do Recife, do Pernambuco, onde eu estou concluindo o meu pós-doutorado, mas eu sou professor da UFOPA, Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém do Pará. Saúdo os colegas que vão participar dessa roda de conversa, o próprio Osmundo, os que já estão aqui presentes, a professora Rosilene, Tônico e os colegas e parentes que vão chegar ainda. E a cada um de vocês que está nos acompanhando. Essas condições meteorológicas não são um problema, elas são o tempo. E se eu estivesse nas minhas condições ideais, lá na beira do rio Tapajós, na minha aldeia de Pinhel, em um dia como hoje, que está chovendo desde ontem... não para de chover, a gente não consegue sair para trabalhar, para pescar, para nada... a gente estaria na rede. Literalmente na rede, mas não na rede de internet, sim a rede de algodão. Todo mundo enrolado lá, aproveitando o tempo, porque a chuva faz parte do nosso tempo. Tem a ver com o que a gente está falando hoje aqui. Então vamos lá para o que eu preparei para apresentar para vocês. O tema da nossa mesa é “Descolonizando o ensino da Antropologia na graduação a partir da perspectiva dos povos indígenas”.

Eu sou professor, comecei como professor de Sociologia na UFPA, a Federal do Pará, *campus* Santarém. Eu entrei em 2000, e quando a UFOPA, Universidade Federal do Oeste do Pará, foi criada em Santarém, reunindo o *campus* da UFPA Santarém, o *campus* da Universidade Federal Rural da Amazônia, da UFRA, que havia em Santarém, aí eu já entrei para a UFOPA

no final de 2009, início de 2010. Então, eu tenho nisso aí quase 25 anos de professor de Sociologia, Antropologia. Então, eu falo muito a partir dessa minha experiência. Inclusive, quando eu entrei na universidade, quando eu fiz graduação, mestrado, a gente nem falava de colonialidade, descolonialidade, apesar de que a gente vivia essas situações, mas não se usava esses termos, esses conceitos. Ministrando aulas de forma descolonial exige, certamente, um conhecimento dos textos, dos autores, que explicam em que consiste isso. E é preciso que professores e alunos compreendam bem essas categorias! “Giro decolonial”, “colonialidade”, “colonialidade do poder, do saber, do ser”, “racismo”, “ruptura epistemológica”. Sem uma compreensão correta desses conceitos, a gente pode ficar repetindo termos da moda, como se está fazendo em alguma medida, sem que a nossa prática de ensino, aprendizado, a nossa prática política, ela corresponda a essas atitudes descolonizadas. A gente pode estar indo na direção contrária, na direção que a gente já ia mesmo, apesar do discurso. Inclusive, eu tenho escutado orientandos, que já foram nossos alunos, ou alunos que eu encontro eventualmente que não foram meus alunos, que passaram pelo mestrado ou estão passando pelo mestrado pelo doutorado, são alunos indígenas, negros, negras, e eles falam de uma relação muito difícil com parte dos seus orientadores. Não são todos, são alguns casos. E esses alunos falam de uma relação de sofrimento com professores, professoras, que até falam de decolonialidade, colonialidade, mas, na prática, na orientação com esses mestrandos e doutorandos, esses colegas professores de Antropologia se revelam autoritários, ameaçadores, perseguidores, desrespeitando os saberes, o processo de aprendizagem desse aluno, dessa aluna. Ou seja, a esse orientando não é permitida a desobediência epistêmica. Então, não basta falar “decolonialidade”, “colonialidade” para a pessoa ser decolonial. Então, além de conhecer esses conceitos básicos, é preciso uma atitude descolonial. Ou pelo menos que a gente busque ser descolonial, já que todos nós, em alguma medida, nós somos marcados por esses processos do racismo, da colonialidade, devido aos séculos de repetição dessa obediência às epistemologias eurocentradas, que eram, e são ainda, em grande

medida, dominantes. Inclusive, por exemplo, a noção de poder. A gente fala de colonialidade do poder. Quando a gente fala de poder, até eu mesmo, a gente pensa sempre o poder como estando fora de nós: o poder que está no Estado, o poder que está nas instituições, o poder que cai sobre nós da polícia, da repressão, das autoridades, do mercado. Como se a gente não tivesse poder, como se a gente fosse “despoderizado”. E a gente precisa pensar nessa questão também.

A colonialidade do saber, por exemplo, implica que a gente admita, que a gente reconheça que as nossas próprias perspectivas cognitivas, a nossa subjetividade, aqueles padrões que estão na nossa mente, a partir dos quais a gente vê, conhece, interpreta a realidade, até essa nossa perspectiva ela é colonizada. Então, mesmo que a gente faça um esforço, professores, estudantes, a gente continua reproduzindo essa colonialidade. Então é preciso uma vigilância, um esforço constante para que a gente descolonize a nossa mente e a nossa prática. Para que essas mudanças possam ser realmente efetivadas. Para que a gente não fique apenas repetindo esses conceitos, de forma até interessante, é muito interessante a discussão, mas sem que a nossa prática realmente reproduza isso.

O título da nossa mesa, ele conduz a uma expectativa de vocês, como se a gente fosse dar aqui receitas, saídas, caminhos. Eu não tenho uma receita, uma via, que vai responder a essas questões, mas eu posso falar algo do que eu tenho feito, do que colegas, antropólogos, antropólogas, têm feito. E os resultados são animadores. Eu falo principalmente a partir da minha experiência na UFPA e, atualmente, UFOPA-Santarém. Nós temos lá o curso de Antropologia. Na criação da UFOPA, no final de 2009, início de 2010, nós trabalhávamos numa relação bem próxima e articulada com o curso de Arqueologia. Nós fazíamos parte do Programa de Antropologia e Arqueologia. Agora cada curso tem uma autonomia bem maior, nós estamos com curso de Antropologia e curso de Arqueologia. No entanto, a gente continua próximo. Inclusive, faz um mês que nós tivemos aprovado o nosso Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia. Vamos começar com o mestrado lá na UFPA, na UFOPA, em Santarém. Então, só

para falar que, quando eu falo de Antropologia, eu também acabo incluindo os colegas da Arqueologia, com o qual a gente tem essa relação muito boa. Uma primeira experiência que eu gostaria de compartilhar com vocês é que a gente precisa dar as condições, preparar os alunos e alunas para o entendimento dos textos da Antropologia, alguns textos com uma linguagem bem abstrata, frutos de reflexões de longos anos de trabalho dos autores, mas que, para alunos iniciantes, é meio difícil o entendimento. Então é preciso que a gente ajude os alunos e alunas a entenderem o que eles vão ler. E que eles devem ler esses textos de autores do Norte e até de outros contextos do Sul Global, da África, da Oceania, mas que esses alunos devem ler esses textos a partir do seu mundo, do mundo desses alunos. No nosso caso, na Amazônia. Só disciplinas como “Introdução à metodologia das Ciências Sociais” e fazer aquela pergunta, distribuir o plano de aula para os alunos com a bibliografia e depois, quando chegar o dia da discussão, perguntar: “O que vocês entenderam do texto?” E aí, diante daquele silêncio, a gente fica às vezes desanimados. Os alunos não leram o texto, e isso é meio desestimulante. Mas, na verdade, pode ser que os alunos até tentaram ler o texto, mas não conseguiram! Devido a essa distância de compreensão entre a linguagem do texto e o mundo dos alunos. Aí eles ficam intimidados, calados. Mas o problema é outro e não o desinteresse dos alunos.

Na UFOPA, os colegas antropólogos e arqueólogos, arqueólogas, antropólogas, a gente tem feito um esforço muito grande e usado de muita criatividade para responder a esses desafios. Como a gente tem participado ativamente do Processo de Seleção Especial de Alunos Indígenas e Quilombolas, o PSE (Processo de Seleção Especial), e como, pela nossa própria atuação e pesquisa e extensão, a gente está muito atento à realidade desses coletivos, a gente tem procurado responder a essas situações. Uma prática interessante criada pelos professores de Antropologia e Arqueologia da UFOPA foi uma disciplina que ela funciona na forma de oficina. Ela é chamada, essa oficina, “Laboratório de Textos”, e ela tem o objetivo de fazer com que os alunos leiam e entendam os textos que eles estão estudando, naquele semestre, nas outras disciplinas. É uma disciplina, então, que foi

sugerida pelos professores da Antropologia, a partir da experiência em sala de aula. Por exemplo, uma professora observava que um certo texto usava a categoria “representação”, e alunos indígenas que haviam sido socializados na língua materna indígena e aprenderam português só bem depois dos 10 anos, eles ficavam confusos entre a categoria “representação” e a palavra “apresentação”, a partir da lógica deles. E isso impedia que se compreendesse o que o texto estava dizendo. A partir daí e de várias outras situações, os nossos cursos, Antropologia e Arqueologia, criaram essa disciplina, “Laboratório de Textos”, e ela é ofertada para os alunos indígenas e quilombolas, que são aqueles que vêm de um ensino médio mais precário, fazem o ensino médio no sistema modular, em que uma disciplina é ofertada em três semanas, o professor passa quatro dias até chegar na aldeia e sai quatro dias antes do final da disciplina, porque tem que aproveitar o barco para voltar para a cidade. Enfim, é uma situação muito difícil, e, devido a isso, esses alunos que são prioridade para essa disciplina.

Além do professor, cada um dos professores de Antropologia passa por essa disciplina, ministrando a disciplina, onde a gente é ajudado por um aluno bolsista, alunos voluntários, que dão o atendimento personalizado aos alunos na exploração desses textos. Eles aprendem a interpretar, entender o sentido que o autor quis dar ao texto, e ao mesmo tempo colocar em diálogo o seu mundo com esses textos. Como nós temos nas nossas universidades no Brasil, nos cursos de Antropologia, muitos alunos que vêm do contexto de periferia, com a dificuldade muito grande de se adaptar a essa linguagem da Antropologia e das Ciências Sociais, em geral, seria interessante que se pensasse algo nesse sentido para todos os alunos. Não só indígenas, quilombolas ou negros. Paralelo a isso, entre 2014 e 2016, eu fui diretor de ações afirmativas na UFOPA e eu me deparei com a situação que nós tínhamos um processo de entrada de indígenas bastante inclusivo. A UFOPA é uma das universidades, talvez a universidade, que mais têm indígenas no Brasil, porque nossos alunos indígenas e quilombolas entram tanto pelo Processo de Seleção Especial, que reserva em cada curso da UFOPA duas ou uma vaga, dependendo do número de vagas totais que esses cursos

ofereçam, para os alunos. Então nós temos, obrigatoriamente, a cada ano, vagas reservadas para os alunos nos cursos mais disputados, como Direito, e até outros cursos. Então, quando eu era diretor de ações afirmativas, eu me deparei com essa situação de que os alunos até entravam com relativa facilidade na UFOPA, mas o acompanhamento, os processos de aprendizagem dentro da UFOPA eram muito precários quando não existia apoio para isso. E aí, com a ajuda de uma colega antropóloga também, Luana Arantes, ela foi contratada como consultora para trabalhar com a gente na Diretoria de Ações Afirmativas e ela desenvolveu um trabalho muito interessante: foram feitas oficinas com os estudantes, principalmente indígenas, quilombolas, negros, onde esses alunos eram consultados. Eles participavam, avaliavam o que era feito até então em termos de ações avaliativas e o que se queria, o que era o desejável e necessário para o melhor aprendizado, acompanhamento desses alunos. E foi um processo muito interessante. Resultado disso é que nós temos hoje na UFOPA uma Política de Ações Afirmativas com vários outros encaminhamentos. Dentre as propostas desse trabalho de construção das políticas de ação afirmativa da UFOPA, a gente teve a proposta de criação do Instituto Intercultural de Formação Superior. Assim se pensava. E dentro desse instituto de formação superior, que era voltado para os indígenas, quilombolas e povos tradicionais, foi sugerida, foi reivindicado pelos alunos indígenas que eles queriam uma formação, um apoio, para que, logo que eles entrassem na universidade, nos primeiros dois semestres, que eles recebessem uma formação preparatória, que depois acabou se direcionando para Português, Metodologia, Matemática e outras disciplinas básicas. De forma que eles recebiam essa preparação antes de entrarem para seus cursos específicos.

Esse projeto recebeu o nome de Formação Básica Indígena, e três professoras foram selecionadas para trabalhar com essa formação-base. Inclusive antropólogas envolvidas aí. E esse processo começou a funcionar imediatamente, a partir de 2017, ofertando aos alunos atividades de pesquisa e extensão, além dessas disciplinas que eles recebiam. E esses alunos, inclusive, voltavam para suas aldeias, para suas comunidades, para

desenvolver trabalhos lá! E retornavam para a universidade e apresentavam esses resultados na forma de seminário, quando eles discutiam com os outros alunos e com professores. Era algo muito interessante, que ao mesmo tempo que eles aprendiam como sobreviver na universidade, não só alunos de Antropologia, mas todos os alunos indígenas, inclusive os de Antropologia, mas durante esse tempo que os alunos ficavam na formação básica, eles também traziam o mundo deles: suas crenças, sua epistemologia, suas ontologias. Eles traziam esse mundo para dialogar, mais ou menos em pé de igualdade, com essas teorias, com esse modo de produzir conhecimento tipicamente da universidade.

Um outro ponto [é] que eu penso que a gente deve levar em consideração as experiências anteriores desses sujeitos sociais: suas sabedorias, suas visões de mundo, trazer isso para a sala de aula! É a partir desse mundo deles que a gente deve fazer a exploração dos textos. Autores como Orlando Fals Borda, sociólogo colombiano já falecido, ele falava no “sentir-pensar”, que depois vai ser explorado mais por Arturo Escobar... vai falar que a gente deve levar para o campo da produção de conhecimento os nossos afetos, sentimentos, nossa maneira de ser. E para nós, povos indígenas, isso não é algo estranho, a gente conhece, a gente aprende envolvendo tudo isso. E eu quero lembrar que naquele processo das oficinas de escuta dos alunos, um aluno indígena, calouro, no momento de falar para a turma como ele se sentia, o que ele estava descobrindo, quais eram as dificuldades dele, ele falou que sentia saudade. Ele sentia saudade da família, da casa dele, e ele chorou na frente de todos os alunos. Um aluno de seus 18, 19 anos: “Eu tô com saudade da minha mãe, da minha família.” E chorou. Muito interessante isso: saudade, afeto, família. Como envolver isso? Como discutir textos de Margaret Mead, Marilyn Strathern com um aluno que está bloqueado pela saudade da família? Eu penso que é possível, mas o ponto de partida tem que ser a saudade, a vivência, esse deslocamento do aluno indígena da aldeia para a universidade e todos os constrangimentos que isso causa.

Já me direcionando para o final, porque penso que está acabando o meu tempo, o terceiro elemento [é] que eu vejo que é preciso associar o

ensino da Antropologia à observação prática, vivencial, do diferente, dos diferentes, dos Outros diferentes. Mesmo sem ter que ir para o meio da floresta, encontrar os “selvagens”, dentro de aspas. Mesmo na cidade, há muitos Outros com os quais as pessoas não dialogam, já que nós estamos ficando cada vez mais em bolhas. Por exemplo, eu tive uma experiência com os alunos de História... eu estava ministrando Antropologia e História e eu pedi que eles fizessem uma visita a grupos, sejam grupos de ensaios de danças juninas, a igrejas evangélicas e, quem nunca tinha ido, que fosse a um terreiro de umbanda ou a outros lugares. Outros. E aí eu quero trazer aqui a lembrança de que um aluno de família evangélica, que nunca tinha ido em um terreiro de umbanda, ele disse que foi, e ele foi com aqueles medos que ele tinha do que ele ia encontrar dentro de um terreiro de umbanda, e ele disse que, ele falava de forma surpresa, positivamente, que ele descobriu outras coisas e que ele gostou do que ele viu, porque não era o que ele pensava! Ele até dizia: “Eu nem vou falar para a minha mãe que eu fui em um terreiro de umbanda, porque ela vai achar que isso é coisa do demônio.” E ele havia descoberto que não era coisa do demônio. Então, nesse encontro com o Outro, eu imagino que, para esse aluno, foi muito mais fácil entender as categorias da Antropologia, esse processo do conhecimento da Antropologia a partir do encontro com o Outro, que tá na casa vizinha, mas com o qual a gente não encontra. Eu acho que assim que a gente vai fazendo esclarecimento das categorias clássicas de Antropologia, mas a partir do mundo concreto, vivencial, dos nossos alunos, que, cada vez mais, são alunos periféricos, das classes populares, têm o ensino médio muito difícil, alunos que vêm, cada vez mais, de religiões. Não só religião evangélica, mas também católicos, de maneira mais fundamentalista, que desenvolvem essas relações muito... que rechaçam outras visões e práticas. Vocês devem estar imaginando o que eu estou falando.

Não quero dizer que os evangélicos, apenas, é que desenvolvem essa visão que rechaça o Outro. Há um certo conservadorismo, e nossos alunos chegam na cidade também com racismo, machismo e tudo. E através da Antropologia, dessas experiências concretas, a gente pode fazer com que

eles realizem uma crítica e aprendam com essas experiências. Enfim, a gente tem muita coisa que eu poderia falar que a gente realiza lá na UFOPA. Essas nossas semanas acadêmicas, os professores envolvem os alunos em seus projetos de pesquisa, extensão, a gente participa de processos com sindicato, com reserva extrativista, com os indígenas, com os quilombolas, e os nossos alunos demonstram que essa prática tem dado certo! A gente observa isso nos TCCs, na originalidade, na forma como os alunos trazem seu mundo para seus trabalhos finais. Nossos alunos egressos do curso de Antropologia, também Arqueologia, na UFOPA, estão trabalhando já na Saúde Indígena, na Educação Indígena, nas escolas. Outros estão no mundo das artes, na militância, na carreira acadêmica. Nós temos egressos que fizeram, ou estão fazendo, mestrado e doutorado na UFPA, na UFAM, a Federal do Amazonas, na UnB, Unicamp, Museu Nacional. Sim, alunos da UFOPA, do interior da Amazônia! Isso pode parecer, de repente... não, mas a Amazônia é a periferia do Sudeste do Brasil, que já é a periferia em termos de uma reprodução do conhecimento. No entanto, eu penso que, a partir dessas experiências pioneiras, corajosas, dos nossos colegas da Antropologia na UFOPA, e eu acredito que outros também fazem isso em outras universidades, a gente está tendo esse resultado. E esses alunos, além do campo estritamente acadêmico, eles se destacam na própria militância, tanto que com isso eu realmente termino.

Nós temos na UFOPA dois coletivos dos estudantes: o DAIM, que é o Diretório Acadêmico Indígena, representa os estudantes indígenas, e o CEC, o Coletivo dos Estudantes Quilombolas. Eles participam ativamente dessa discussão da construção da política de ações afirmativas na UFOPA e são alunos muito politizados, muito espertos, que a partir dos projetos que eles participam, projetos de pesquisa e extensão, eles também repercutem nos seus coletivos e nas suas organizações. Parte desses alunos são do curso de Antropologia e Arqueologia, e outra parte estão no Direito e outros cursos. Mas isso tem a ver com o que aconteceu com eles, com o que eles experimentaram lá na Formação Básica Indígena, no caso dos indígenas, ou dos nossos alunos que passaram pela experiência de “Laboratório de Textos” ou

dos nossos projetos. É assim que a gente tem tentado descolonizar a nossa prática antropológica, o nosso modo de pensar. Quem vai dizer se isso realmente está funcionando, se isso está dando certo, são os nossos egressos, são os nossos próprios alunos. É isso, gente. Muito obrigado.